

EXPLICAÇÃO ESTRATIFICADA E A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA EM MARX

Andrew Collier

Continentes ou estratos?

Ao teorizar a relação entre avanços científicos revolucionários e as filosofias que elas deram origem, Althusser usa a metáfora dos continentes teóricos. “antes de Marx, *apenas* dois continentes tinham sido abertos ao conhecimento científico através de cortes epistemológicos continuados: o *continente da matemática* com os gregos (através de Tales ou quem quer que tenha recebido esse nome mítico) e o *continente da física* (através de Galileu e seus sucessores)” (*Lenin and Philosophy* [LP], p. 42). Althusser segue localizando a química e a biologia, que atingiram seus “cortes epistemológicos” com Lavoisier e com Darwin e Mendel, dentro do continente da física. Marx é creditado com a abertura de um terceiro continente – o da história; e é ‘provável’ que Freud tenha descoberto outro. Concedamos (por enquanto, ao menos) a importância incomparável e inovação das descobertas listadas como continente, e também a ideia de um atraso filosófico. Resta saber se essa metáfora dos continentes pode ser levada mais longe. Althusser já o fez, ao chamar as várias ciências naturais de *regiões* da física (loc. cit.): elas provavelmente estão próximas umas das outras como a Normandia e a Bretanha, partes de uma mesma massa de terra, distintas por razões históricas e culturais; mas sem fronteiras em comum, ou rotas terrestres para outros continentes. Essa metáfora, assim estendida, sugere várias noções questionáveis.

Primeiro, mínima os hiatos entre as “regiões”. De acordo com Althusser, a descoberta da base molecular da biologia mostra que a biologia é parte do continente da física; antes, como alguém desembarcando na Bretanha pode duvidar se ela é parte da mesma massa de terra que a já familiar Normandia, e, depois, ao fazer a viagem, descobrir que é.

Certamente, não é bem assim. A descoberta não é de uma fronteira cruzável, mas de uma base: já conhecíamos várias leis genéticas; agora sabemos mais sobre como elas operam, pois podemos identificar algumas das entidades conhecidas por aquela ciência – os genes – sob descrição dada por outra ciência – as moléculas de DNA. Podemos, então, usar nosso conhecimento sobre o comportamento das moléculas para entender por que estas moléculas em particular se comparam das formas já mapeadas pelas ciências biológicas.

Será que a metáfora dos *estratos* não apreende estas características da relação entre química e biologia melhor do que a das regiões?

Pode-se perguntar, em segundo lugar, se o mesmo tipo de relação ontológica obtida entre a química e a biologia não pode ser também obtida entre os diferentes continentes. A possibilidade de sociedades humanas, por exemplo, não é dependente de certos fatos da biologia, assim como organismos vivos são de certos fatos da química? E não há uma assimetria entre a divisão matemática/física e a divisão física/história? Isto é, que há, certamente, alguma relação ontológica entre a natureza e a sociedade; ambas são aspectos do mundo real, à espera de sua descoberta empírica; a natureza é anterior, tanto em tempo, quanto em ordem de dependência ontológica; a sociedade só pode existir porque a natureza é de tal forma que a vida humana e a produção social são possíveis, e assim sucessivamente. Mas o continente da matemática não aparece no mesmo mapa; ela é, em um certo sentido, constituída por suas regras não descobertas por investigação empírica.

Isso sugere, em terceiro lugar, que a metáfora dos continentes pode nos deixar à deriva em matéria de epistemologia e método. Althusser usa a dessemelhança entre os métodos das ciências naturais e matemáticas para dar plausibilidade à ideia de uma dessemelhança similar entre as ciências naturais e sociais. Isso facilita demais limitar a experimentação às ciências naturais, deixando os cientistas sociais com uma consciência epistemológica muito clara.

Finalmente, por um lado, essa metáfora não deixa claro o que, se algo, pode ser aprendido sobre o procedimento científico de um continente a partir do que sabemos sobre procedimento científico em outro; e, por outro lado, torna-se falsamente óbvio que o que quer que seja identificado em um continente científico pode ser investigado de acordo com os métodos (de outras regiões) do continente. Tal visão dá crédito a uma ideia que assombra pesquisadores marxistas desde muito antes de Althusser: a ideia de que o marxismo tem a chave de todo conhecimento, ao menos no tocante ao “continente da história”. Esta ideia autorizou teorias “marxistas” das ciências psicológicas, semiológicas e até biológicas, nas quais algumas das melhores mentes da esquerda dissiparam suas energias. Lênin, inclusive, cunhou a fusão entre duas palavras russas para definir esse tipo de erro: “*komchvastvo*”, “bravata comunista”.¹

A direção de minhas observações, penso, está clara: que é preciso de uma hierarquia ordenada, uma “árvore” das ciências, ao invés de um modelo de continentes/regiões. Simplificando bastante, conteria presumivelmente alguma ordem com esta:

?

- Ciências psicológicas e semiológicas
- Ciências sociais
- Ciências biológicas
- Ciências moleculares

?

Há vários aspectos nesse ordenamento: comecemos com o que pode ser chamado de “profundidade epistemológica”. Bhaskar a vê como uma característica comum do progresso das ciências que, quando algum mecanismo é descoberto que explica algum evento, mecanismos subjacentes são procurados, que expliquem o primeiro mecanismo. Por exemplo (*A Realist Theory of Science [ARToS]*, p. 169):

<i>Estrato I</i>	$2\text{Na} + 2\text{HCl} = 2\text{NaCl} + \text{H}_2$	
	explicada por	
<i>Estrato II</i>	teoria dos números atômicos e valência	Mecanismo 1
	explicada por	
<i>Estrato III</i>	teoria dos elétrons e estruturas atômicas	Mecanismo 2
	explicada por	
<i>Estrato IV</i>	(teorias concorrentes da estrutura subatômica)	(Mecanismo 3)

Esse processo de aprofundamento de uma explicação pode muito bem envolver revisão e correção da explicação original em certos pontos, e é, também, uma forma pela qual uma teoria pode ser confirmada ou fortalecida. A verificação, portanto, toma lugar não só no eixo horizontal ao achar exemplos de operação de uma lei, mas, também, no vertical, ao mostrar como tal lei é possível. Mas não há necessário que fatos de um estrato superior sejam

¹ “Sempre que um marxista tentava transmutar a teoria de Marx em uma chave-mestra universal e ignorar todas as outras esferas do aprendizado, Vladimir Ilyich o repreendia com a expressão ‘Komchvanstvo’ [‘bravata comunista’]” (Trotsky, *Problems of Everyday Life*, Monad Press, Nova York, 1973, p. 221).

descobertos primeiro. Vale afirmar isso por duas razões. Primeiro porque indica que a profundidade não é apenas epistemológica, mas tem uma base ontológica: há uma ordem real dos estratos, não apenas uma diferença de facilidade de acesso do ao conhecimento sobre eles. E, em segundo lugar, porque ilustra a inadequação de teorias redutivas sobre as relações entre os estratos. De acordo com uma teoria redutiva, podemos bem descobrir certas leis da psicologia antes daquelas da neurofisiologia, ou genética antes daquelas da bioquímica, e isso é apenas o que dá legitimidade provisória à disciplina do estrato superior: pois, quanto antes podemos traduzir estas leis em termos da mais básica ciência, a *razão de ser* da ciência “superior” desaparece. Mas esse familiar programa reducionista não servirá – em primeiro lugar por causa, nas palavras de Roy Bhaskar, da “necessidade de um redutor bem-definido” (*ARToS*, p. 181). Para traduzir conceitos de cor em conceitos de onda de luz, conceitos linguísticos em descrições de marcas numa página, conceitos psicológicos em falas sobre estados cerebrais, precisamos saber o que estamos traduzindo, e é isso que nos diz por que a tradução é importante. Isso é apoiado pelo fato de que nunca houve uma rota nem desde uma ciência de estrato inferior altamente desenvolvida até uma ciência com um objeto de estrato superior. Apenas quando esta última é teorizada independentemente, podemos começar a correlacioná-las, e talvez explicar o estrato superior a partir do inferior.²

Tudo isso corrobora com a visão de que a estratificação epistemológica não é fundada em aspectos contingentes das capacidades cognitivas humanas, mas em uma estratificação ontológica real do objeto das ciências. É a distinção real entre os estratos e sua irredutibilidade uns para com os outros (dos quais, o mais reduzido), que explica as distinções entre as várias ciências, o fato de “a ciência” não existir, exceto enquanto uma multiplicidade de ciências. Portanto, Bhaskar, como Althusser, rejeita o que se tornou uma ortodoxia popular a respeito da ciência: a ideia de que, em si, a natureza é única, e a ciência ideal seria, portanto, também unitária; que as divisões entre as ciências são efeitos arbitrários de um arranjo humano contingente. Existem variantes redutivas e românticas dessa ideia: a redutiva tem, como seu projeto, uma tradução última de todas as ciências em termos da física; as românticas culpam a razão analítica, ou o industrialismo, o capitalista, ou algum espantinho cósmico pela “fragmentação” do nosso conhecimento. A metáfora de Althusser dos continentes pode ser vista como um protesto contra esse preconceito, mas ele não deixa claro o que há de errado com ele (a estratificação dos objetos das ciências poderia ser uma característica necessária à prática teórica, ao invés de uma característica contingente do mundo em que vivemos), e essa metáfora também dá brecha para o programa redutivo passar por dentro de cada continente. Mas, para Bhaskar, a pluralidade das ciências é necessária pelo caráter estratificado irredutível dos mecanismos em ação no mundo real, de forma que a unidade da natureza é a de um laminado. Talvez um pequeno experimento mental ilustre isso.

Imaginemos um conjunto de deuses de Valhalla, cada um conformando à imagem popular de um acadêmico de um ser onisciente a respeito do seu objeto, e absolutamente ignorante em relação aos outros. Thor, o físico entre os deuses, seria capaz de prever o curso do mundo sob uma descrição física, mas seu conhecimento não lhe dá qualquer ideia das realidades sociais, nas quais Woden é especialista. Thor não sabe que uma greve está em curso. Ele sabe apenas que certos arranjos de matéria não estão se movendo como de costume, a que outros arranjos mais complexos estão de braços dados numa corrente humana ou chutando bolas num campo, ao invés de estarem parados numa fábrica. Não há lacunas na sua descrição

² Bhaskar diz (*ARToS*, p. 169), “Deve-se notar que a ordem histórica de desenvolvimento do nosso conhecimento sobre os estratos é oposta à ordem causal de sua dependência em ser”. Mas seu argumento não é que camadas mais básicas nunca são descobertas primeiro, mas que a explicação vertical não é possível a não ser que a explicação seja conhecida.

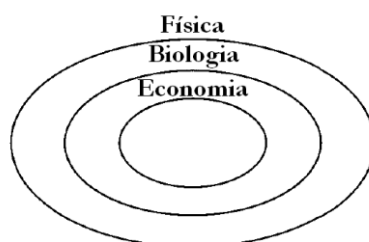
física, mas, num sentido importante, ele não sabe porque alguns desses eventos acontecem, e que o sentido não é analisável sem resíduos em termos da questão: quais descrições são do interesse dos humanos. Um evento em particular que é certamente um evento do mundo física e, como tal, totalmente descritível por Thor – digamos, por exemplo, que um presidente de sindicato visita o depósito de caminhões da empresa para mandar bloquear as saídas – poderia não ter ocorrido como tal (mesmo em termos puramente físicos) senão pela existência de mecanismos causais a nível social, que, dos quais, apenas o deus Woden poderia compreender. Há, é claro, eventos com determinantes puramente físicos dentro do processo em geral, que pode afetar o seu resultado, por exemplo, o delegado de polícia ser atingido por um raio, a caminho de prender os manifestantes. Então, o conhecimento de Woden é cheio de lacunas, embora ele saiba, ao menos, que há uma greve. Para prever o resultado, a colaboração seria necessária em Valhalla. Apenas quando Thor e Woden se juntam com Frey, deus da biologia, e Loki, deus do inconsciente, pode-se saber que a filha do patrão vai fugir com o presidente do sindicato, o chefe vai morrer de apoplexia, a filha herdar a firma e a transformação numa cooperativa de trabalhadores.

Para simplificar as coisas, tratei a física como se ela fosse uma ciência de fundo do poço, no sentido que, desde que ela se atenha aos seus próprios termos, pode dar uma descrição de qualquer processo sem lacunas causais; de fato, não parece ser o caso, embora ela seja a ciência mais básica existente. Pode-se duvidar que haja um estrato fundo do poço. Nem é menos coerente que a cadeia de causalidade vertical deva se estender infinitamente para o fundo, do que a cadeia de causalidade horizontal deva se estender infinitamente para trás. Menciono isso apenas para me distanciar da falácia epistêmica que as reflexões filosóficas sobre as fronteiras da física tanto cometem.

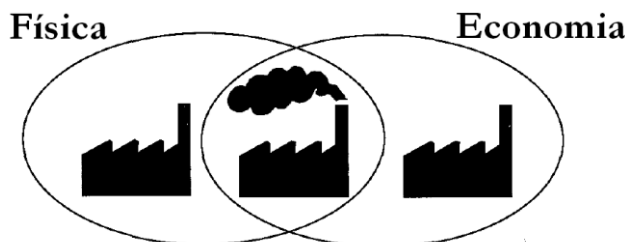
No sentido mais importante, em que a tradição marxista clássica descreve a si mesma como “materialista”, essa teoria é, também, materialista. Quer dizer, os estratos mais baixos explicam os mais altos. A direção materialista da explicação opera entre os *mecanismos*, não entre os eventos concretos governados por esses mecanismos; são as leis da química que explicam as leis da biologia, mas a presença de C₂H₅OH (álcool) no barril de cachaça é explicado pelo processo vital do fermento. Portanto, não há tendência de menosprezar a efetividade dos mecanismos pertencentes aos estratos superiores da natureza (onde “natureza”, aqui, inclui as realidades social e mental).

Estratificação em sistemas abertos

Diversas características dessa estratificação ontológica são dignas de nota. Vamos distinguir a área da realidade *governada* por leis em um dado estrato, e a área *afetada* por elas. As atividades humanas de produção e troca de bens são governadas por leis econômicas. A cor das mariposas não é governada pela economia, mas por leis biológicas. No entanto, ela é afetada pelas leis econômicas, conforme ilustrado pelo surgimento e queda do melanismo industrial. De fato, dado que uma certa lei governa qualquer estrato, não há nada que não possa ser afetado por ela. Mas isso não significa que todas as leis governam todas as entidades. Isso pode ser ilustrado pelos seguintes diagramas:



Relações entre os reinos consistentes de entidades governadas pelas várias ciências. Relações assimétricas de inclusão. Todas as entidades “biológicas” são “físicas”, mas nem todas as entidades físicas são biológicas, etc.



Relações entre as ações dos mecanismos das várias ciências. Relações simétricas de co-determinação. A fábrica irá funcionar quando as leis da física e da economia permitirem, mas tanto um problema mecânico, quanto uma recessão podem fazê-la parar.

Feita essa distinção, pode-se dizer que as áreas governadas pelas leis dos estratos mais altos sempre aparecem mais tarde na história do universo e permanecem menores do que aqueles governados por leis mais básicas. Tudo é governado pelas leis da física; desde algumas centenas de milhões de anos atrás, alguns desses, mas não todos, são governados pelas leis da biologia; há algumas centenas de anos, alguns desses, mas não todos, são governados pelas leis da economia capitalista, e assim sucessivamente.

O modelo acima, de relações entre os estratos, nos permite dizer mais sobre a ideia de liberdade no interior do determinismo. Já vimos que a teoria de Bhaskar sobre as múltiplas determinações nos permite combinar o “determinismo de ubiquidade” (a noção de que todo evento tem uma causa) com a negação do “determinismo de regularidade” (que trata o universo como se ele fosse um sistema fechado, no interior do qual um único mecanismo causal opera, de forma que o conhecimento de tal mecanismo e do estado do universo fariam o futuro perfeitamente previsível).

Já que vimos que a determinação de eventos não é meramente pluralista, mas *estratificada*, podemos descrever a realidade de forma que, eu penso, apaziguariam os medos dos anti-deterministas de um determinismo de ubiquidade, ainda que o mantendo.³ Cada estrato emergente trará alterações nas entidades governadas pelo estrato de onde emergiram, que não teriam sido alteradas se o novo estrato não tivesse emergido. É assim mesmo antes da emergência da vida humana. A proliferação de cores vibrantes em um certo ponto do desenvolvimento evolutivo, dado o seu valor de sobrevivência para muitas plantas e animais, é um caso em questão. Embora seja possível traduzir conceitos de cor em termos fiscalistas, não é possível explicar fisicalisticamente por que haviam muito mais criaturas de cores vibrantes na Terra em um certo ponto, mais do que haviam antes. E isso, é claro, nada tem a ver com a fenomenologia das cores, uma vez que não os humanos não existiam, até então.

Uma característica da estratificação da natureza deve ser mencionada pelos seus efeitos epistemológicos – tanto na descrição por “profundidade epistemológica”, quanto pela explicação dos problemas metodológicos específicos dos estratos superiores das ciências. Não poderiam haver leis da evolução biológica se mutações “aleatórias” de genes não acontecessem como resultado de processos governados, não por leis biológicas, mas físicas (a aleatoriedade, é claro, é relativa apenas aos conceitos internos da teoria biológica); leis econômicas (e, mais em geral, sociais) não poderiam operar se seres humanos não tivessem,

³ A própria descrição de Bhaskar das implicações de uma determinação múltipla a respeito do debate entre liberdade versus determinismo pode ser lida nas páginas 112-113 de *ARToS*.

como resultado de sua natureza biológica, um certo grau de adaptabilidade na sua forma de produzir seus meios de subsistência. É a estratificação ontológica que torna possível a explicação “vertical”, mas isso também significa que cada estrato que tem um estrato inferior, tem de contar com eventos que são acidentais em relação às suas próprias leis; não apenas acidentalmente acidentes – isto é, não é apenas uma questão de operar em sistemas contingencialmente abertos, mas de uma impossibilidade, não apenas na prática, mas em princípio, de um encerramento experimental ou predição exata. Quanto mais alto o estrato, mais fontes de acidentes, mais distante a possibilidade de encerramento. Por isso há tantas lacunas no conhecimento de Woden, na minha analogia: lacunas não apenas no nível do Real, onde cada ciência deve reconhecer seus limites e tomar seu lugar entre as múltiplas explicações de eventos; mas lacunas inerentes aos mecanismos gerativos do estrato.

Há mais uma relação entre os estratos que deve ser mencionada: a relação de estruturação ou composição. Entidades habitantes de um estrato serão compostas de entidades habitantes de um estrato inferior. Sociedades são compostas (em parte, ao menos) de pessoas; células vivas são compostas por moléculas, etc. Bhaskar é explícito sobre a realidade das entidades complexas, cujas forças são “emergentes” no que diz respeito aos seus componentes. No contexto marxista, a natureza da relação de composição é crucial no tocante à sociedade e às pessoas. Discutirei essa questão no próximo capítulo.

Base e superestrutura

Pode ser útil nessa fase nos atermos à uma questão da teoria marxista tradicional, que a concepção de estratificação da natureza de Bhaskar pode iluminar, embora ele mesmo não tenha tocado na questão: o modelo do materialismo histórico como um sistema de explicação da “superestrutura” (a política, a ideologia, etc.) em termos da “base” (economia, ou em termos mais gerais, “o material”).

O número de “andares” do modelo base/superestrutura sempre foi um tanto incerto. Marx e Engels tendiam a pensar em termos do material (ou econômico) versus o resto. Isso se encaixa no que eu penso ser sua visão (e também a de Plekhanov e Lênin) de que a concepção materialista da história é uma *aplicação* à história de uma visão de mundo materialista mais geral. A existência precede a consciência, então a existência precede a consciência social.⁴ Plekhanov e Lênin, em particular, são bastante explícitos sobre o fato dessa visão envolver a primazia do *material*, não meramente do econômico.⁵ Penso que essa posição marxista clássica é melhor compreendida se as ramificações da superestrutura, por um lado (particularmente a interposição de um nível político entre o econômico e o ideológico) e o caráter especificamente econômico das leis que governa a base, por outro, são tomados como características de sociedades historicamente específicas. Tais características são especificamente negadas, por exemplo, em sociedades pré-classes, embora a polaridade material/ideacional, é claro, se aplica a elas, também.

Para as sociedades modernas, no entanto, um ponto de partida útil é o modelo de cinco níveis proposto por Plekhanov (partindo da base):

⁴ Ver p. ex. Lênin: 'Se o materialismo em geral explica a consciência como resultado da existência, e não o contrário, então o materialismo, conforme aplicado à vida social da humanidade, deve explicar a consciência social como resultado da existência social' (verbete sobre Karl Marx na Enciclopédia Granat, In. *Marx and Engels Selected Works in Two Volumes*, Lawrence and Wishart, Londres, 1942, Vol. 1, p. 29).

⁵ Por exemplo: “onde você leu nas obras de Marx e Engels que eles falavam necessariamente de um materialismo econômico? Quando eles descrevem sua visão de mundo, eles a chamam simplesmente de materialismo”. (Lênin, *Collected Works*, Progress Publishers, vol. 1, p. 151).

- 1) O estado das forças produtivas;
 - 2) As relações econômicas que condicionam essas forças;
 - 3) O sistema sociopolítico que se desenvolveu na “base” econômica em questão;
 - 4) A mentalidade dos homens que vivem em sociedade, uma mentalidade que é determinada, em partes, diretamente pelas condições econômicas obtidas, e em parte pelo inteiro sistema sociopolítico que surgiu daqueles fundamentos;
 - 5) As várias ideologias que refletem as propriedades dessa mentalidade.
- (*Problemas Fundamentais do Marxismo*, capítulo 13)

Althusser, de quem falarei a seguir, geralmente usa um modelo de três níveis (econômico, político e ideológico), mas todos os cinco níveis são abordados em sua descrição. (Ele se refere à indeterminação dos números de andares na obra de Marx no seu livro *Essays in Self-Criticism*, p. 182).

Diga-se de passagem, a relação entre os níveis 1) e 2) é de estruturação ou composição. Por exemplo, 2) é uma estrutura da qual 1) forma os elementos. Isso já não pode ser dito dos outros níveis.

Essa disanalogia entre as relações dos níveis 1) e 2), por um lado, e entre esses dois e os da superestrutura, por outro, tem consequências importantes, pois a distinção “forças/relações” pode ser feita no interior dos níveis superestruturais, também. Althusser chama atenção para isso quando fala de a ideologia ter sua própria materialidade, e essa noção tem sido aplicada de forma interessante em relação à produção artística. No entanto, a aplicação crucial é em relação ao Estado – por exemplo, as forças armadas – e a transformação do Estado moderno como resultado do desenvolvimento tecnológica das forças produtivas no que Marx se refere nesse contexto como “indústria do abate humano” (em carta a Engels de 7 de julho de 1866). A tarefa de analisar a mudança nas relações do estado-nação tanto em relação à possível insurgência interna quanto em relação a outros estados-nações, como resultado do desenvolvimento dessa “indústria” é crucial, uma vez que a possibilidade, não apenas do socialismo, mas da vida na Terra, está ligada à resolução das contradições que surgiram nesse nível.

Não obstante, quando apontamos algumas inadequações na descrição de Althusser, devo argumentar é ela é útil para ver os níveis dos estratos ontológicos, no sentido que Bhaskar defende, de que as distinções entre as ciências refletem as distinções entre os estratos.

Já defendi que o erro básico de Althusser na distinção entre ciência e ideologia é o de atribuir uma concretude mal colocada em relação aos vários tipos de prática que, para ele, formam a hierarquia das práticas sociais, e, portanto, distingui-los como práticas, ao invés de aspectos das práticas. Me parece que ele se equivoca, não apenas ao distinguir ciência e ideologia, mas também em sua teoria das relações dos níveis superestruturais com a base material. E isso é composto pelo fato de que ele escreve não apenas sobre as práticas ideológicas, como dos aparatos ideológicos, que ele diz produzirem ideologia de uma forma muito ordenadamente funcional. Os AIE (aparelhos ideológicos de Estado), como Althusser os chama, incluem escolas, famílias, a mídia, partidos políticos, igrejas, instituições esportivas e culturais, etc. Ele, ironicamente, admite que tal um certo aparato, a família, também tem funções não ideológicas: “ela intervém na reprodução da força de trabalho” (*Lenin and Philosophy*, p. 137n). Ele também admite que “relações ideológicas estão imediatamente presentes em processos [econômicos]” (op. Cit., p. 141n). Mas essa admissão para por aí. Como muitos comentadores já apontaram, os próprios aparatos econômicos estão entre os principais

produtores de ideologia. Dito isto, a ideia de aparatos *especificamente* ideológicos perde força. Podemos, então, admitir plenamente as funções de produtores de prazer dos aparatos de mídia e cultura, a presença da ciência, tão bem quanto da ideologia nos aparatos de educação e, por outro lado, os efeitos ideológicos da produção econômica, pesquisa científica, relações sexuais, compras, jardinagem, etc. E isso nos faz retornar à posição marxista clássica: a base e a superestrutura só podem ser separados mentalmente.⁶

Nada disso nega que haja, também, aparatos ideológicos especializados nas sociedades modernas – embora, é claro, estes tenham aspectos econômicos (entre outros), também. Mas a questão importante é que eles pressupõem um estrato ideológico das relações sociais que eles não criaram. Como afirma Poulantzas, a religião produz as igrejas, não o contrário. E se nós não já tivéssemos adquirido uma certa ideologia da prática de fazer as compras de casa. Saatchi e Saatchi não poderiam descrever as medidas de austeridade de Thatcher como “boa economia doméstica”.

Algumas alusões às várias coisas que Marx e Engels dizem sobre a ideologia podem ajudar a evitar confusões (a principal fonte delas é *A Ideologia Alemã*, parte 1, mas eu evitarei análises textuais tediosas). Encontros ao menos quatro formas de descrever a primazia da produção material em Marx e Engels – formas que não são equivalentes e que, à primeira vista, parecem não se encaixar bem.

- 1) Há aparentemente trechos economicistas sobre a produção material *determinando* ou *condicionando* as ideias, ou as ideias sendo “sublimações dos processos vitais materiais”.
- 2) Há trechos onde as ideias são a *forma* pela qual as lutas geradas no nível da produção material são travadas.
- 3) Há a afirmação de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante.
- 4) Há a noção de que a ideologia não tem história; ela se desenvolve através do desenvolvimento das relações de produção material; mas que ela se desenvolve da matéria prima ideológica herdada das antigas gerações.

A atenção exclusiva a qualquer uma dessas informações é equivocada, assim como a fusão de uma com outra. Vamos analisá-las uma de cada vez:

- 1) É claro o suficiente que em *qualquer* sociedade, inclusive aquelas anteriores à divisão entre trabalho manual e intelectual, as ideias se envolvem no processo de produção; é isso que distingue “o pior arquiteto da melhor abelha”; e esse aspecto mental do trabalho, de maneira alguma é anulado – mesmo quando empobrecido – no trabalho manual quando essa divisão do trabalho acontece. Um trabalhador não é um autômato. A metáfora da “superestrutura” parece bastante estranha se usada para se referir a um carpinteiro que diz: “pode me passar o martelo, Zé?” – fazendo o ato de passar o martelo e seu resultante uso para martelar como uma “base”. Nesse nível, é melhor dizer: as ideias são um *aspecto* do processo de produção. Mas é importante ver

⁶ Plekhanov insiste nesse ponto, embora isso seja obscurecido pela compulsão de todos os marxistas ocidentais por mentir sobre ele. Em *Problemas Fundamentais do Marxismo*, ele escreve: “Um fato histórico-social é uma *abstração*, e a ideia que o origina como resultado de um processo de *abstração*. Graças ao processo de abstração, vários *aspectos* do *complexo* social assumem a forma de *categorias* separadas e as várias manifestações e expressões da atividade social do homem – morais, leis, formas econômicas, etc. – se convertem na nossa mente em forças separadas que parecem fazer surgir e determinarem essa atividade e serem suas causas últimas” (*Fundamental Problems of Marxism*, 1969, p. 108). Mas, por mais legítimo e útil que a teoria dos fatores parecesse no seu tempo, hoje ela não resiste à luz da crítica. Ela desmembra a atividade social do homem e converte seus vários aspectos e manifestações em forças separadas, que devem determinar o movimento histórico da sociedade. (p. 110)

que que isso não exaure a descrição da vida ideológica da humanidade. Nem sequer começa a descrevê-la.

- 2) As pessoas pensam e falam sobre suas situações. Elas perguntam: Por que as coisas são assim? Elas podem ser de outro jeito? Esses pensamentos não são aspectos do processo de produção, como pedir por um martelo é. Já por essa razão, a ideia de ideologia como meramente um aspecto (ainda que essencial) da produção material, não é adequada. John Ball perguntou: “Quando Adão plantava e Eva costurava, quem era o cavaleiro?”, dando a entender que: a desigualdade entre senhor e servo é pecaminosa. Os ideólogos da classe dominante, por sua vez, diriam: “a propriedade e o poder secular não são pecados em si, mas remediações do pecado” – uma bela disputa teológica, pela qual o Palácio de Savoy foi incendiado e Wat Tyler foi decapitado e sua cabeça exposta na ponte de Londres. Poucos discordariam que as revoltas camponesas eram, em substância, uma luta de classe. Ainda assim, ela não se deu da forma simples dos camponeses dizendo: “queremos terras” e o senhorio dizendo “não vamos dar elas”. E a forma como isso – ou qualquer outra luta de classe na idade média em geral – se deu, não foi sem significado; e não apenas na forma das demandas dos camponeses, mas também da estrutura de poder da sociedade medieval; uma instituição essencialmente ideológica, a igreja, adquiria um poder político e econômico imenso. Aqui nos ocupamos com a forma que as lutas de classes são travadas e, portanto, com a necessidade da classe dominante de dominar as ideias, se isso significar a segurança dos seus privilégios. Isso nos leva, então, à questão dos *aparatos ideológicos especializados* e seus papéis na *reprodução das relações de classes*, não meramente no processo de produção.⁷
- 3) Em todas as sociedades de classes, há divisão do trabalho manual e intelectual que, como dizem Marx e Engels, realmente dá uma certa autonomia à ideologia. As leis, religiões, ciências, artes, tornam-se a obra de grupos especiais cujos interesses estão atados aos ramos da produção ideológica, e são geralmente ligados ou dominados pelos interesses das classes dominantes de uma ou outra forma (afinidades de classe, patrocínio, mercado, controle estatal).

Ao analisar essas estruturas ideológicas é legítimo levantar questões “funcionalísticas” sobre os *requisitos* ideológicos de uma dada classe dominante – que devem ocorrer se os agentes devem se encaixar às posições sociais assinaladas a eles pela reprodução das relações de produção existentes. É legítimo falar de “aparatos ideológicos” da classe dominante, e de “ideias dominantes” de uma época serem as ideias da classe dominante da época (desde que isso não seja compreendido de forma vulgar, conspiratória – reis e padres – ou professores e anunciantes – enganando as pessoas).

Mas não esqueçamos que esses mecanismos de produção ideológica são *sobrepostos e pressupostos pela sua efetividade*, os efeitos ideológicos de instituições de produção e reprodução material. Ficções legais, ilusões consoladoras e mentiras jornalísticas são providas às pessoas cuja consciência já é moldada por sua experiência no local de trabalho e família.

⁷ A divisão em camadas desses dois primeiros estratos da ideologia é finamente ilustrada pela descrição marxista de George Thompson da origem da poesia, com sons ou palavras indicando o ritmo de trabalho, alternado com comentário social. Por exemplo, as canções de marinheiros do fim do século XVIII: “Luís era o rei da França antes da revolução, remem, remem, remem, rapazes, remem juntos! Luís foi decapitado, o que estragou sua constituição, remem, remem, rapazes, remem juntos!” (“The Art of Poetry”, In. *The Prehistoric Aegean*, Lawrence e Wishart, Londres, 1978, pp. 435-62)

- 4) Grandes mudanças ideológicas tomam parte sob o impacto tanto do desenvolvimento normal no nível material da sociedade, quanto das grandes lutas de classes, onde as classes nascentes precisam de uma nova ideologia.

A transformação da ideologia sexual no presente século, por exemplo (tanto a mitigação das tendências antissensuais da cultura burguesa, e o rompimento parcial dos papéis tradicionais de gênero e privilégio masculino), se origina, não da disseminação em massa das ideias de Ibsen ou Wedekind, Freud ou Reich, Marie Stopes ou Simone de Beauvoir, mas da disponibilidade de contraceptivos, a crescente empregabilidade das mulheres, melhores serviços sociais, a crescente natureza “consumista” do capitalismo, que tira vantagem, tanto da liberação sexual, quanto a independência feminina, etc. Todos esses fatores fazem parte do desenvolvimento (técnico ou estrutural) da base econômica. Sem isso, esses desenvolvimentos culturais não teriam sido assimilados e, portanto, sido bem sucedidos na sociedade burguesa.

Por outro lado, grandes revoluções ideológicas podem ocorrer como resultado de mudanças no poder de classe. A reforma protestante ou a secularização fruto das revoluções francesa e russa ilustram isso. No entanto, é necessário reconhecer as limitações impostas sobre tais transformações pelo estado da ideologia espontânea gerada pelas relações no nível material. Portanto, essa imposição da teologia protestante e seu culto sobre as pessoas cujas condições de vida ainda eram pré-capitalistas, fizeram surgir o pietismo. Também, as tentativas dos bolcheviques de eliminar a religião – que, apesar da alegada política dos líderes, incluíam perseguição violenta que não poderia ser posta na conta das exigências da guerra civil – não foram bem sucedidas. Bukharin e Preobrajenski, no seu *ABC do Comunismo*, defendiam uma hipótese que pode explicar isso: apenas a experiência do poder sobre as condições de vida forneceria ao povo russo o fundamento material de uma visão de mundo secular. Essa teoria não foi verificada, nem falseada uma vez que a experiência não aconteceu. E o que emergiu foram fenômenos de pietismo stalinista – os votos necrólatras a Lênin, a ideia de que a fé poderia mover montanhas e cumprir planos quinquenais em quatro anos, a demonização de Trotsky, o ateísmo muscular do Komsomol [N.T.: Juventude Comunista do PCUS], o batismo de cidades com nomes de burocratas mortos, e até os vivos, etc. Todas as “revoluções culturais” postas conscientemente em prática redundam nesses pietismos. Uma transformação cultural genuinamente libertadora poderia ocorrer, apenas, de um ponto de vista marxista, se fosse o resultado espontâneo de resultados de longo prazo da redução da jornada de trabalho, aumento do controle democrático da vida econômica e política, aumento da distribuição de acordo com as necessidades, etc. A direção dessa transformação seria oposta, em todos os aspectos, da de Stálin, Mao, Pol Pot ou seus admiradores ocidentais.

Tais considerações sugerem que a teoria althusseriana superestimou a efetividade de distintas *práticas* e *aparatos* ideológicos; não é verdade que ele está errado em enfatizar a distinta efetividade da *ideologia* no fazer histórico. Espero, a seguir, esclarecer essa afirmação.

A posição que sublinhei pode ser resumida nessas conclusões:

- 1) Há um aspecto ideológico em todas as práticas humanas em todas as sociedades humanas; pode-se acrescentar que esse aspecto sempre se estende para além das ideias necessariamente envolvidas na prática em questão, e inclui interpretações muito mais gerais do mundo, ocultadas por práticas do dia-a-dia.

- 2) Práticas e agências ideológicas especializadas existem em algumas sociedades, mas sua efetividade depende das ideologias espontâneas que surgem da totalidade das práticas atuais.
- 3) A fórmula: “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante” não serve como uma descrição geral da ideologia, exceto na medida em que ela é interpretada como uma tautologia, relacionada à tautologia darwiniana de que “o melhor adaptado sobrevive”. Uma classe dominante não pode dominar a menos que a ideologia dominante permita que o faça. É particularmente importante rejeitar a descrição teleológica das ideologias como servindo aos propósitos de classe de onde surgem. Por exemplo, ideologias dos oprimidos geralmente servem como mantenedoras da opressão, e isso é tipicamente verdade a respeito de todos os grupos oprimidos, exceto o proletariado.

“Determinação em última instância” como explicação vertical

A concepção althusseriana de uma hierarquia de práticas distintas, e a produção “funcional” de ideologias pelos AIE, não parece uma forma adequada de compreender os fenômenos ideológicos. Os fatos que ele aponta são reais o suficiente, mas não são cruciais. Esses seriam parte de uma certa indeterminação na formulação althusseriana – perfeitamente correta até onde vai – da maneira em que o nível econômico é básico. Estes que são familiares com as críticas de Popper ao marxismo, se lembrarão da ideia de que a ênfase de Marx na economia é uma regra de ouro se deixada vaga, mas uma hipótese falsa se for especificada. No entanto, se uma regra de ouro é útil à explicação histórica, deve haver alguma característica das sociedades humanas reais em virtude da qual ela é útil; deve, portanto, ser possível encontrar uma formulação mais exata que seria verdadeira, mesmo se uma tentativa particular chegue a uma formulação falsa. De fato, a formulação fornecida por Popper como interpretação de Marx – que revoluções superestruturais ocorrem temporalmente após das revoluções econômicas correspondentes – é uma que nenhum marxista poderia aceitar; implicaria que o socialismo precederia o poder dos trabalhadores. Outra candidata óbvia – a ideia de que fatores econômicos são, por assim dizer, quantitativamente predominantes entre os vários fatores que determinam o curso da história – tem todas as desvantagens: é vaga, precisaria em si mesma de uma explicação, e é falsa.

Althusser, tomando uma nota de rodapé de *O Capital* como seu texto,⁸ defende uma visão que sugere que há dois tipos de relação causal entre os vários níveis; *dominação* e *determinação em última instância*. Às vezes, um nível é dominante, às vezes outro. Nos períodos revolucionários, como marxistas há muito reconheceram, a política é sempre dominante.⁹ Nas sociedades “teocráticas”, a ideologia pode ser dominante. No capitalismo clássico, a economia é dominante. Mas, independentemente do que seja dominante, a estrutura econômica é determinante em última instância. Isso não quer dizer que a economia prevalecerá no longo prazo: “A última instância nunca vem”. Mas significa (pelo menos) que a natureza da estrutura econômica de uma sociedade determina qual nível será dominante na sociedade (como sugere a nota de rodapé de Marx). Essa relação entre níveis seria a de uma “autonomia relativa”. Já demonstrei ser essa uma concepção inadequada na teorização da relação entre ciência e ideologia. Quanto às relações entre base e superestrutura, não. Eu penso que, na verdade, é falso dizer que a superestrutura é relativamente autônoma, mas isso é um tanto

⁸ “A idade média não poderia viver no catolicismo, nem o mundo antigo na política. Pelo contrário, é a forma com que ganharam a vida que explica por que, num caso a política, noutro o catolicismo, tiveram o papel principal” (*Capital*, vol. 1, Pelican Marx Library, Londres, 1976, p. 176n).

⁹ Cf. Lênin, “A política não pode dominar a economia. Argumentar o contrário, é esquecer o ABC do Marxismo” (citado por Alec Nove, *Economic History of the U.S.S.R.*, Penguin, Harmondsworth, 1969, p. 7).

vago. Relativamente à o quê? Ou isso significa apenas “um pouco autônoma”. Me parece que a teoria de Bhaskar da estratificação da natureza, a explicabilidade dos mecanismos de estratos superiores em termos daqueles de estratos inferiores, e a irredutibilidade dos estratos mais altos aos mais baixos, fornece uma teoria geral coerente e bem exemplificada, da qual a estratificação da base e superestrutura pode ser vista como um exemplo.

De acordo com Bhaskar, a estratificação se dá entre mecanismos gerativos, não entidades:

Os predicados “natural”, “social”, “humano”, “físico”, “químico”, “aerodinâmico”, “biológico”, “econômico”, etc., não devem ser tratados como diferenciações de tipos distintos de *eventos*, mas como diferenciações de tipos distintos de *mecanismos*. Pois, na geração de um evento de sistema aberto, muitos desses predicados podem ser aplicáveis simultaneamente. (*ARToS*, p. 119)

Aplicada à sociedade: são os mecanismos gerativos que são econômicos, políticos, ideológicos, não as instituições ou eventos ou quaisquer outros habitantes do Real. Isto está de acordo com a posição marxista clássica de que esses estratos são separáveis apenas na abstração, e o reconhecimento de que uma instituição pode ter aspectos em todos os níveis.

Nessa visão, as duas questões sobre as relações de “dominação” e “determinação em última instância” podem ser localizadas em dois tipos de discurso explanatório: a “dominação”, no que pode ser chamado de *explicação horizontal* – a explicação de eventos em termos de vários mecanismos gerativos operantes em conjunto, dos quais esses eventos são o produto resultado de uma dada entrada; a “determinação em última instância”, como *explicação vertical* de alguns desses mecanismos (os de níveis superiores) em termos de outros (os de níveis inferiores).

No discurso da explicação de eventos, não há necessidade de afirmar que certos mecanismos – por exemplo, econômicos – são mais efetivos que outros – por exemplo, ideológicos ou políticos. Sua primazia não é uma questão de contribuição quantitativa ao processo que de fato resulta da operação conjunta de vários mecanismos, mais do que, num barril de fermentação, pode se dizer que processos químicos contribuíram *mais* do que os biológicos para a produção do vinho. Dizer que a química é uma ciência mais básica que a biologia, é dizer que os mecanismos da química explicam (verticalmente) os mecanismos da biologia; isso não é dizer que o ato de adicionar “químicos” ao barril de fermentação é de alguma forma mais efetivo em produzir o vinho do que é o processo vital do fermento. De fato, esse uso do termo “químicos” nesse sentido – como quando um vendedor de alimentos integrais te diz que não há químicos em seus produtos – é um erro vulgar. Mecanismos, não substância, são químicos; mecanismos, não aparatos, são ideológicos.

Portanto, no nível da causalidade horizontal (a produção de eventos como resultado de uma operação anterior sobre um complexo pré-existente de mecanismos gerativos), os mecanismos gerativos de qualquer estrato podem fazer seu papel, e ninguém pode dizer antecipadamente qual será o peso relativo dessas partes.¹⁰ Mas, no nível da causalidade

¹⁰ Aqui, talvez tenhamos que corrigir Althusser e, possivelmente Marx, p. ex., se eles estão afirmando que a economia é necessariamente dominante nos países capitalista, a ideologia, no mundo feudal ou a política nas sociedades antigas. A “dominação”, aqui, diferente da determinação, só pode ser uma questão de peso, de um tipo de mecanismo gerativo predominante sobre outros e, embora a afirmação de Marx seja correta historicamente, em sentido amplo, não podemos ter certeza, *a priori*, que, p. ex., todas as sociedades capitalistas serão caracterizadas pela predominância dos mecanismos econômicos. A maioria das sociedades capitalistas modernas não são.

vertical (a dependência de um estrato dos mecanismos gerativos sobre outro) é verdade que os mecanismos ideológicos e políticos são o que são pois os mecanismos econômicos (e, mais em geral, materiais) são o que são – mas não vice versa.

Aqui, então, temos, enfim, um sentido totalmente trabalhado da ideia de determinação pela base, combinada com a efetividade das superestruturas. A primeira é a explicação de mão única dos mecanismos superiores pelos inferiores, e a segunda, é a contribuição dos mecanismos superiores para o curso dos eventos. Por exemplo, não se pode dizer, sem antes fazer uma pesquisa histórica concreta, o quão importante os sistemas de crença específicos do campesinato russo ou da intelectualidade eram relativos às causas econômicas da revolução russa ou sua subsequente degeneração; mas pode-se explicar os mecanismos ideológicos que governam esses sistemas de crença, em termos da estrutura econômica do país.

Sobredeterminação e múltipla determinação

Se deixarmos de lado por um momento o problema da explicação vertical, podemos descrever a teoria da história de Marx como a interpretei, como uma teoria da determinação múltipla. Agora, quero saber se esse conceito faz o mesmo – ou talvez é o mesmo conceito – que a “sobredeterminação” de Althusser.

Era de se esperar que o conceito de Althusser, feito sob medida para uso na análise de conjuntura marxista, seria mais específico, mais bem definido em relação à realidade social; enquanto a noção de Bhaskar de determinação múltipla, fazendo parte de uma teoria geral a respeito das relações entre os objetos das várias ciências, precisaria de melhor especificação antes de poder ser aplicada a esse objeto específico.

De fato, apesar de Althusser se comprometer com a importância do rigor, definição clara, especificidade de conceitos, sua prática constantemente é a de diluir o que era um conceito claramente definido, de forma que ele *perde* especificidade. O conceito de sobredeterminação, emprestado de Freud, é um exemplo preciso. Para Freud, a sobredeterminação não significa apenas que um fenômeno tem mais de uma causa. Não significa meramente que mais de um fator tem de estar envolvido para produzir o fenômeno, assim como mais de um saco de palha deve ser posto nas corcovas de um camelo antes de elas quebrarem. E não significa que há mais força causal do que o necessário para produzir o efeito: o “sobre” [*over*] em “sobredeterminação” [*overdetermination*] não é equivalente ao da expressão dos guerreiros atômicos “*overkill*” [N.T.: “exagero”, em relação a um excesso de mortes] p. ex.: quando *megadeaths* [N.T.: *megamortes*, unidade de medida de milhões de mortos] excedem *megapessoas*. A sobredeterminação para Freud ocorre quando um fenômeno tem duas funções, que de outra forma requereria dois consumos de energia para se realizar. O fenômeno sobredeterminado ocorre, ao invés de outros, porque uma economia de energia é, portanto, efetuada, em vez de os criadores de ovelhas cruzarem ovelhas para produzir raças que fornecem lã boa e cordeiros bons para o abate.

O uso do termo por Althusser não é específico e, às vezes, parece significar não mais do que “sobreposição”. Mas se examinarmos o exemplo que ele usa para ilustrar o conceito, e as conclusões políticas tiradas dele, ficará claro que o conceito que ele precisa é justamente o de múltipla determinação no sentido usado por Bhaskar.

É bem sabido que Marx visava a possibilidade de que uma revolução socialista se daria primeiro na Rússia, uma vez que o país amadurecia uma revolução democrática e agrária numa época em que o exemplo da política proletária e a teoria socialista científica já existia no Ocidente. Para o próprio Marx, vale dizer de passagem, isso se combinava com uma

crença de que a Rússia poderia, em tese, “driblar” o capitalismo, uma vez que não existem leis históricas gerais do desenvolvimento, o que não é o mesmo que dizer que não haja leis específicas aos modos de produção.¹¹ Plekhanov, por outro lado, mostrou que a Rússia já havia embarcado no desenvolvimento capitalista. Ele defendia, também, que a tarefa de fazer uma revolução democrática (não socialista, ainda) ficaria a cargo do proletariado. Isto porque, das classes que confrontavam o velho czarismo, as condições de vida dos camponeses ainda não conduziam para uma revolta organizada, e a burguesia era fraca em dois sentidos: era numericamente pequena em relação ao proletariado, parte porque a Rússia, passando por uma industrialização tardia, adquiriu indústria em grande escala desde o início; parte porque muitos dos exploradores do proletariado russo não eram russos, mas capitalistas ocidentais. E, em segundo lugar, a burguesia era fraca em determinação política, parte por ter consciência da sua fraqueza numérica, parte porque tirava suas conclusões das lutas de classes do ocidente.

Trotsky foi ainda mais longe e defendeu que a futura revolução, tendo como vanguarda os trabalhadores, não necessariamente teria um caráter socialista, enxergando as revolução burguesa-democrática-agrária e a proletária-socialista como um processo único.

Tais teorias sobre o caráter “excepcional” da situação russa eram todas impecavelmente “marxistas” no sentido de que analisavam a política em termos de classes (economicamente definidas), seus conflitos e forças relativas. Quer dizer, os mecanismos subjacentes desse processo são os da luta de classe e desenvolvimento econômico no sentido marxista, a possibilidade concreta prevista, no entanto – a revolução mais avançada ocorrendo na potência mundial mais atrasada – pode parecer paradoxal do ponto de vista de um certo marxismo simplista, que ocasionalmente existiu e mais comumente imaginado por antimarxistas. Como devemos descrever o erro de tal marxismo simplista? Não é precisamente o “atualismo”, a ideia de que as condições de encerramento são obtidas naturalmente, de tal forma que as relações causais se manifestam espontaneamente em conjunções constantes: a Inglaterra era o país mais industrializado, logo, a Inglaterra seria o primeiro país a passar por uma revolução dos trabalhadores. Compare com Althusser:

Não estamos sempre em situações excepcionais? O fracasso da revolução na Alemanha em 1849 foi uma exceção, o fracasso de 1871 em Paris foi uma exceção, o fracasso da socialdemocracia alemã no início do século XX após a traição chauvinista de 1914 foi uma exceção [...] exceções, mas, em relação a quê? A nada, além da ideia abstrata, mas confortável e tranquilizadora, de um esquema “dialético” puro e simples, que em sua própria simplicidade parece reter uma memória (ou redescobrir um estilo) de modelo hegeliano, e sua fé no “poder” esclarecedor da contradição abstrata como tal. (Pour Marx, p. 104)

Quer dizer, os efeitos de uma única contradição (capital x trabalho) pode ser prevista, permanecendo as outras coisas iguais, mas outras coisas nunca permanecem iguais. No entanto, como no caso de outras cláusulas *ceteris paribus* interessantes, isto não é tudo que pode ser dito.

A contradição capital x trabalho nunca é simples, mas sempre específica às formas historicamente concretas e às circunstâncias em que é exercida. Ela é especificada pelas formas da superestrutura (o Estado, a ideologia dominante, a religião, os movimentos políticos organizados, etc.); é especificada pela situação histórica interna e externa que a determina, por um lado, como função do passado nacional (revolução burguesa completa ou “recaída”, eliminação completa, parcial ou permanência da

¹¹ Cartas à equipe editorial do jornal “Otechestvenniy Zapiski”, novembro de 1877 (*Selected Correspondence*, Progress Publishers, Moscou, 1968, pp. 311-13).

exploração feudal, “costumes” locais, *tradições* nacionais específicas, até mesmo a “etiqueta” das lutas políticas e do comportamento, etc.) e, por outro, como funções do *contexto mundial* existente (que o domina – competição entre nações capitalista, ou “internacionalismo imperialista”, ou “competição inter-imperialista”, etc.), muitos desses fenômenos derivam da “lei do desenvolvimento desigual” no sentido leninista.

O que isso pode significar além de que a contradição aparentemente simples é *sempre sobredeterminado*? (*Pour Marx*, p. 106)

O que é essa “sobredeterminação” senão uma “determinação múltipla”? (Sempre com a ressalva, é claro, de que é uma determinação *estratificada*, que os vários determinantes estão em relações de causalidade vertical de mão única.) Os mecanismos dos vários estratos co-determinam o curso dos eventos: ideológicos (no caso da Rússia: a difusão de ideias “à frente do tempo”, aprendidas da experiência ocidental), políticos (o lugar da Rússia entre as potências mundiais, sua derrota militar) e externos à “sociedade” (p. ex.: geográficos), tão bem quanto os econômicos.

Essa teoria parece preencher todos os critérios, às vezes pensados como inconsistente, de uma descrição marxista do processo histórico. Ela é certamente “determinista”, em comparação às teorias voluntarista e subjetivista; ela retém a explicação vertical de mão única da superestrutura pela base; e ela certamente não é uma doutrina fatalista de “inevitabilidade histórica”.

Não há necessariamente um “teto” para a estratificação da natureza. Então, é sempre possível que entidades governadas por mecanismos de um dado nível também sejam afetadas por aqueles de um nível mais alto. Seres vivos afetam o mundo inorgânico, a sociedade afeta a natureza, a política afeta a economia, a ideologia afeta a política, a ciência e razão afetam, em geral, a ideologia. Isso, certamente, é tudo que era necessário para uma teoria da liberdade humana, que justificaria a efetividade prática do pensamento consciente e, portanto, refutaria o fatalismo.

Uma palavra é apropriada, aqui, para se referir à suposta conexão entre o fatalismo e/ou o determinismo e o “*attentisme*” [N.T.: termo francês que define uma atitude política de esperar os fatos se desenrolarem para tomar uma decisão] dos partidos socialdemocratas da II Internacional. O erro desses partidos tem dois aspectos: 1) eles esperavam um crescimento linear da adesão ao partido e do apoio para levar à vitória da sua própria dinâmica interna, sem que as instituições da ordem existente fossem rompidas. Enquanto essa visão é certamente determinista, uma vez que se pensava o crescimento como sendo um processo governado por uma legalidade, o que há de errado com ela é seu atualismo, a redução da causalidade histórica a um único mecanismo.

Mas será que é *fatalista*? Se o fatalismo é simplesmente a crença numa “profecia”, no sentido popperiano, nos processos reais tendo resultados inevitáveis, então, sim, é fatalista. Mas se o fatalismo implica numa ineficácia da atividade humana, então, certamente, não é fatalista. Pelo contrário, a força da atividade do movimento dos trabalhadores é superestimada. Então, longe de defender (com um fatalista faria) que a vitória viria independente do que as pessoas fizessem, ela prediria uma vitória puramente com base no que (ela prediz que) as pessoas fariam, e o fariam por meio de uma prática política organizada, racional e consciente.

Esse erro é composto pela crença 2) de que os aparatos estatais burgueses poderiam simplesmente ser tomados e usados pela classe trabalhadora para estabelecer o socialismo, uma vez que ganhasse a maioria eleitoral. Socialistas revolucionários têm evitado o segundo erro, mas nem tanto o primeiro. Eles frequentemente creem que, uma tendo os trabalhadores

sido conquistados para sua causa, em número grande o suficiente, seria possível simplesmente tomar o poder. Porém, na realidade, as revoluções só foram bem sucedidas quando, além de um partido revolucionário e apoio das massas, houve uma ruptura da velha ordem – ou por derrota militar, ou por isolamento de um regime corrupto que não é mais capaz sequer de conquistar a lealdade da classe dominante. Deve-se reconhecer que, além da organização e consciência de classe dos trabalhadores, a transição ao socialista requer algo que não está sob controle sequer do maior e melhor movimento organizado de trabalhadores: a ruptura política da velha ordem.

A confusão comum entre o debate voluntarista/determinista, por um lado (um debate que nunca precisa ser levantado no pensamento socialista, uma vez que, desde que não seja negado que as ações humanas tem efeitos ou que as possibilidades históricas são restritas por leis, ele é de interesse puramente especulativo), e a questão prática, por outro: que tipo de ação poderia trazer à tona a transformação socialista, sob quais condições? – essa confusão (iniciada, eu penso, por Gramsci) manteve o debate sobre ambas as questões num nível consistentemente mais baixo do que o alcançado na literatura teórica da II Internacional. Vejam, por exemplo, o enigmático ditado de Brecht:

A mestre Sa ensinou: a libertação vem como a erupção de um vulcão. O mestre Lan-Kli ensinou: a libertação é alcançada através de um ataque surpresa. Mi-en-leh ensinou: ambos os elementos são necessários – algo que entra em erupção e algo que ataca. (Cit. p. Timpanaro In. *On Materialism*, New Left Books, Londres, 1975, p. 226. Timpanaro diz que Sa é Rosa Luxemburgo, Lan-Kli é Blanqui, e Mi-en-leh é Lênin)

Mi-en-leh estaria absolutamente correto se a erupção fosse entendida como a ruptura da velha ordem e o ataque como a ação política dos trabalhadores (dois eventos que, é claro, seriam causalmente relacionados, mas não tanto a ponto de um ser a condição necessária ou suficiente para o outro se realizar). Mas nós, presumivelmente, temos de entender a erupção como a ação de massas dos trabalhadores, o ataque de um *golpe* planejado pela liderança do partido. Em ambos os casos, as visões de mestre Sa são seriamente mal interpretadas. Ela não pensava que a erupção poderia levar ao socialismo – o colapso capitalista poderia igualmente acabar na barbárie. E, é claro, ela nunca cometeu o erro descuidado de pensar que os trabalhadores entravam em erupção.

Aplicações: a queda da taxa de lucro; a efetividade da política

Deixe-me concluir essa seção com dois exemplos que ilustram as aplicações dessa teoria. O primeiro clarificará o lugar das leis na explicação do sistema aberto da história. Uma das supostas leis de Marx mais matematicamente elaboradas é a lei da queda tendencial da taxa de lucro ou, mais resumidamente, a queda da taxa de lucro (QTL). Essa reivindicada lei foi objeto de um animado debate em andamento nos últimos anos, com diferentes economistas marxistas dando uma interpretação diferente e, alguns, rejeitando-a completamente. Seria algo fora do lugar para mim, tentar antecipar esse debate por meio de um argumento puramente filosófico. Devo meramente apresentar alguns pontos contra um argumento usado contra a QTL, o de Geoff Hodgson:¹²

Uma explicação conjuntural da crise, baseada na dinâmica de poder e da luta de classe, descansa inquietamente com a grosseira visão mecanicista e determinista no interior [sic] da lei de Marx, do capitalismo trilhando um caminho pré-

¹² Do seu artigo “On the Political Economy of Socialist Transformation”, *New Left Review*, Nº 133, pp. 57-8, maio-junho, 1982.

determinado, por virtude de sua “lógica” interna, em direção a uma morte “inevitável”.

Ele acrescenta, numa nota de rodapé:

É importante observar que Bem Fine e Laurence Harris tem uma concepção bem diferente dessa lei, onde as forças contrárias são tão significativas quanto a própria lei, e a “lei” não necessariamente se manifesta em qualquer tendência empiricamente observável de queda da taxa de lucro. A lei é válida, independente do que aconteça no mundo real! Desnecessário dizer que a versão de Fine e Harris dessa lei não pode ser invocada para explicar o declínio empírico da taxa de lucro na economia inglesa, mais do que pode ser usada para explicar um *crescimento* da taxa de lucro em outro país.

Aqui, a teoria da QTL é apresentada a um dilema popperiano familiar: ou ela é interpretada num sentido fatalista, ou é considerada como operante mesmo quando não se manifesta empiricamente. Ambas as interpretações devem ser condenadas, pois a ciência abomina, tanto as profecias incondicionais, quanto as afirmações compatíveis com qualquer conjunto de fatos. É claro que, se essas são as *únicas* alternativas, nenhuma ciência seria possível. Não apenas a queda da taxa de lucro, como a lei do inverso do quadrado seriam descartadas. Mas se há uma multitude de mecanismos gerativos em ação, a ciência deve, necessariamente, *abstrair* de alguns deles para formular leis, sem esquecer que a situação concreta é sempre uma *conjunção*, p. ex., um efeito conjunto de vários processos em interação. (Isto, é claro, é precisamente o método afirmado por Marx, quando ele fala sobre o poder da abstração substituindo os reagentes químicos, e sobre o concreto como conjunto de múltiplas determinações.)¹³ Disso concluímos que é impossível ler o resultado de qualquer processo fora das condições experimentais, de uma concepção daquele processo em isolado; não porque ele foge do determinismo, mas porque ele é multiplamente determinado.

Então, dizer que há um mecanismo no capitalismo que necessariamente gera uma tendência da queda da taxa de lucro, não é dizer que a taxa de lucro vai cair não importa o que aconteça, mais do que um doutor dizer que um paciente está fora de risco de morte é dizer que ele não vai morrer ao se atirar na frente de um ônibus.

É claro, é preciso dizer quais são os outros mecanismos que co-determinam os eventos, se se quer explicar por que a taxa de lucro cai aqui e cresce acolá; mas apenas tal explicação conjunta é o que precisamos e podemos confiar, a não ser que pudéssemos reduzir todas as leis econômicas a uma só, e isolar processos econômicos dos não-econômicos; o primeiro não foi feito, e o segundo é demonstravelmente impossível.

Isso, é claro, está longe de resolver os problemas epistemológicos reais de desembaraçar os mecanismos da economia; nem significa que não possamos prever com algum grau de confiança que o capitalismo entrará em colapso: apenas que tal previsão não é com a previsão de que uma bola de bilhar, posta num plano inclinado, num declive cuidadosamente medido, irá rolar numa certa direção, numa dada aceleração – é mais como uma previsão de que um motorista bêbado, dirigindo em alta velocidade numa estrada de uma montanha íngreme com fortes ventos e neblina, sem freios e com um volante defeituoso, se acidentará. E, em tal caso, podemos ter pouca confiança sobre o que, se algo, irá substituir o capitalismo.

A segunda aplicação é, também, uma resposta à crítica popperiana, mas desta vez ao nível da teoria política, ao invés da epistemológica. Uma das alegações mais fantásticas de Popper

¹³ Ver *Capital*, Vol. 1, p. 90, e *Grundrisse*, Pelican Marx Library, Londres, 1973, p.101.

sobre Marx é a de que ele acreditava que a política era ineficaz. Mas podemos entender como ele poderia pensar isso de Marx se olharmos sua própria prescrição política – “intervencionismo democrático”. Essa teoria, como a compreendo, consiste de dois princípios explícitos, apoiados em duas pressuposições implícitas. Os princípios explícitos são 1) o de que a engenharia social fragmentada (reforma) é a melhor – mais realista e indolor – forma de avançar; 2) o de que a violência só é justificada para assegurar ou defender a democracia parlamentar.

As afirmações implícitas são: a) a de que, numa democracia parlamentar, o único obstáculo à implementação de reformas tecnicamente possíveis, é a opinião da maioria – e, inversamente, é claro, que tudo que é preciso para implementar tais reformas é persuadir a maioria; b) a de que o tipo de reformas necessárias é acordado por “todos os homens de boa vontade”, de forma que é possível falar na primeira pessoa do plural e presumir que “nós” concordamos sobre o que é desejável, e estamos preparados para dar os passos democráticos necessários para alcançar tais fins. A política se torna uma questão de discussão racional e votos.

É fácil ver como Marx poderia, desse ponto de vista, como alguém que acredita na impotência da política. Se tem algo de errado com a sociedade e nós temos a democracia parlamentar, pensa Popper, “nós” temos o poder de pôr as coisas no lugar. Rejeitando uma teoria dos limites da realidade econômica e política numa sociedade capitalista, e falhando em repô-la com outra sociedade, deixando a história como uma zona livre de leis científicas, Popper talvez fosse obrigado a chegar a essa conclusão.

Mas, o que acontece se “nós” tentarmos levar a cabo o programa de Popper? Há muitos partidos políticos dedicados a isso, em particular os “socialdemocratas”.¹⁴ Sempre que esses partidos chegam ao poder, eles se deparam com limites econômicos que os impedem de fazer as reformas efetivas. Tão fácil quanto parece para as nações mais prósperas do mundo, fornecer saúde, moradia e educação adequada para seus cidadãos, ou unir os trabalhadores desempregados, recursos ociosos e necessidades não satisfeitas, os mais bem-intencionados governos socialdemocratas nunca conseguem resolver esses problemas. Os obstáculos não são técnicos; são leis da economia e da política numa sociedade capitalista, que sabotam os reformadores, que ficam presos por restrições mais estreitas do que o conjunto de limites do que é tecnicamente possível realizar. A teoria econômica marxiana explica os mecanismos dessas restrições, e a política socialista oferece um meio de sua abolição: é explicado como um uso otimizado dos recursos poderia ser realizado, e por que isso não é possível sob o capitalismo. Ainda assim, os socialdemocratas nunca se cansam de dizer aos seus críticos socialistas: “você são doutrinários; tudo que podem fazer, nós fazemos melhor com intervenção estatal, sem alterar o sistema”, e de dizer aos eleitores: “sentimos muito por não cumprimos nossas promessas eleitorais – as leis econômicas não permitiram”. Bryan Magee diz que Popper fornece a melhor base possível para a política “socialista democrática” (leia-se, socialdemocrata).¹⁵ Ele está muito certo: Popper rejeita as leis históricas chamando-as de não-científicas, e as substitui por otimismo voluntarista; não poderia haver melhor

¹⁴ Uso esse termo, aqui, não no sentido da socialdemocracia pré-1960 (onde se cria no caminho parlamentar ao socialismo), nem sequer no sentido do partido socialdemocrata britânico, que não tem qualquer compromisso sério com reformas sociais reais, mas no sentido daqueles partidos ou tendências dentro de partidos que têm uma base eleitoral de trabalhadores e um programa intervencionista pelo bem-estar social, mas que se opõem a quaisquer mudanças substanciais na propriedade privada.

¹⁵ Em seu livro *Popper*, Fontana, Londres, 1973, p. 84. À época que escreveu este livro, Bryan Magee era deputado do partido trabalhista. Ele se tornou um membro do partido socialdemocrata.

justificativa para a prática socialdemocrata de dar murro em ponta de faca e chamar as pessoas de “doutrinárias” quando elas tentam achar uma forma de driblá-la.

Dando continuidade a essa metáfora das “restrições”, isto é, dos conjuntos de leis em um nível que previna a realização de possibilidades “permitidas” pelas leis de outro nível, pode-se dizer que algo recorrente no pensamento marxista é que o modelo popperiano acima descrito funcionaria numa sociedade socialista, embora não funcione na capitalista.¹⁶ Rosa Luxemburgo, por exemplo, vê a economia como uma ciência aplicável apenas à sociedade capitalista, enquanto uma sociedade socialista aboliria as leis econômicas, deixando apenas os limites técnicos como barreiras aos usos possíveis dos recursos sociais. A ideia é que é apenas a emergência das forças de mercado, que fazem surgir mecanismos especificamente econômicos, que dita o que é produzido e a divisão do produto, independentemente de qualquer procedimento decisório. Onde há um plano em comum, aquele plano é uma decisão mais ou menos racional baseada nas necessidades das pessoas e nos recursos materiais e técnicos disponíveis; a decisão coletiva substitui os mecanismos econômicos, aumentando o grau de liberdade humana. A ideia do definhamento dos aparatos estatais especializados visa uma dissolução similar dos mecanismos especificamente políticos.

Não há nada de incoerente nessas perspectivas, mas nós não deveríamos deixar essas visões estonteantes de liberdade nos cegar para o fato de que a história ainda seria governada por processos legais – feitos, é verdade, pela primeira vez por decisões conjuntas da raça humana, mas ainda não em condições de sua própria escolha. Não apenas o nosso poder sobre a natureza é necessariamente limitado, como somos nascidos necessariamente desamparados, dependentes e ignorantes; cada fração de consciência, atividade, conhecimento e autonomia que temos, foi superada a partir de uma inconsciência, passividade, erro e dependência original. Mesmo que os estratos políticos e econômicos de restrições possam ser removidos, nossos descendentes, como nossos ancestrais, ainda serão governados por leis materiais e ideológicas.¹⁷

¹⁶ Por “modelo popperiano” me refiro simplesmente à ideia de que os únicos obstáculos às reformas são barreiras técnicas ou ideológicas.

¹⁷ Cf. p. 52, acima.